



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 147/XIV/ 3.ª SL

Aos 21 dias do mês de outubro de 2021, pelas 18:35 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, no Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Votação do Relatório da audição do Dr. Gabriel Rodrigo Ribeiro Tavares Bernardino, no âmbito da indigitação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);**  
**Autor: Deputado Eduardo Teixeira (PSD)**
2. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV) – “Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória”;**
3. **Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e do Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;**
4. **Outros assuntos.**

- 
1. **Votação do Relatório da audição do Dr. Gabriel Rodrigo Ribeiro Tavares Bernardino, no âmbito da indigitação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);**  
**Autor: Deputado Eduardo Teixeira (PSD)**

O Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD) apresentou o relatório de que foi autor, concluindo que, em sua opinião, das respostas dadas pelo Dr. Gabriel Rodrigo Ribeiro Tavares Bernardino às questões formuladas na audição, este reúne os requisitos necessários para o desempenho da função.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 147/XIV/ 3.ª SL

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS), solicitou a palavra para relevar o trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD), incluindo a metodologia e rapidez com que o relatório foi elaborado, mais dizendo que espelha bem a audição de forma objetiva e sintética. Saliu ainda as características do indigitado para o desempenho do cargo.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) solicitou a palavra para cumprimentar o senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD) pela preparação deste relatório em tempo recorde. Mais salientou que o relatório é objetivo e factual e que o sentido de voto do PCP não se prende com qualquer questão do relatório, mas sim com as linhas estratégicas da CMVM com as quais não concorda, nomeadamente a questão da integração dos mercados no plano europeu, e que parecem manter-se com esta personalidade.

Não se registando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o relatório à votação, tendo o mesmo sido aprovado, com a abstenção do GP PCP e os votos favoráveis dos demais, na ausência do GP BE, GP CDS-PP, DURP CH e DURP IL.

#### **2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV) – “Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória”;**

A discussão e votação da iniciativa, decorreu com a presença do GP PS, GP PSD, GP BE, GP PCP e GP PAN, na ausência do GP CDS-PP, DURP CH e DURP IL.

Passou-se imediatamente à votação do texto da iniciativa, nos termos que constam do guião de votações.

Após a votação, a Senhora Deputada Vera Braz (PS), solicitou a palavra para dizer que o sentido de voto do PS, prende-se com o facto de este entender que o que se pretende com a proposta de alteração do PAN agora aprovada, já consta da lei atual e que nos termos em que foi aprovada, gostaria de deixar o alerta de que em termos de prazo temporal, poderemos ter situações de empresas que estarão para sempre isentas de imposto do selo.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) tomou a palavra para dizer que a proposta de lei é muito explícita relativamente ao objeto e que novidade introduzida pelo PAN diz somente respeito à inclusão de particulares e associações.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 147/XIV/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) usou seguidamente da palavra para reiterar as palavras do Senhor Deputado Carlos Silva. Mais disse que o PAN apenas pretendeu aumentar o âmbito de aplicação subjetivo da lei e não alterou mais nada. Mais referiu que, a existir o risco salientado pela Senhora Deputada, ele já vinha da proposta de lei.

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) respondeu dizendo que na proposta de lei do Governo, havia uma limitação a nível da linha de financiamento e que agora, com esta alteração do PAN, a isenção fica com uma abrangência geral e não apenas da linha de financiamento inicialmente prevista.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e do Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”;**

A discussão e votação da iniciativa, decorreu com a presença do GP PS, GP PSD, GP BE, GP PCP, GP PAN e DURP CH (por videoconferência), na ausência do GP CDS-PP e DURP IL

Entrando na discussão, a Senhora Deputada Vera Braz (PS) começou por saudar o texto conjunto alcançado com o PSD, embora com um último percalço que existiu no fim. Disse assim estar contente com esta iniciativa servirá para proteger os consumidores. Mais referiu que as 2 propostas de alteração apresentadas pelo PSD levantam algumas reservas, nomeadamente a questão do instrumento bancário, que a seu ver deveriam passar pelo Código Civil e a questão do Banco de Portugal atendendo ao parecer do próprio, não sendo benéfico e sem impacto para o que se pretende. Concluiu contudo, dizendo saudar o alcançado pela iniciativa.

O Senhor deputado Hugo Carneiro (PSD) referiu que se for conseguida a aprovação desta iniciativa, dá-se um passo mais no sentido de proteger o cidadão. Assim, não mudando o mundo, dá-se mais um passo nesse sentido. Referiu por fim que as propostas do PSD visam apenas reforçar ainda mais a proteção conferida.

Passou-se de seguida à votação do texto da iniciativa, nos termos que constam do guião de votações.



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 147/XIV/ 3.ª SL**

**4. Outros assuntos.**

Não foram identificados quaisquer assuntos adicionais para discussão.

A reunião foi encerrada às 18:59 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 outubro 2021.

**O PRESIDENTE**



**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 147/XIV/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Joël Bouça Gomes (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
Nelson Silva (PAN)  
André Ventura (CH)  
Jamila Madeira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Sá (PS)  
Ricardo Vicente (BE)  
Cecília Mpireles (CDS-PP)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)